



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
CNPJ Nº 01.613.745-0001-99

PREFEITURA MUNICIPAL
PRESIDENTE SARNEY-MA

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 006.2025
P.A.: 2025.0945.02.25
FLS: _____
ASS: _____

2816

CONTRATO 90/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.0945.02.25.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025.

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE SARNEY-MA,
ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTENCIA SOCIAL E A EMPRESA D.P. GARCIA LTDA-
EPP, NA FORMA ABAIXO:**

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE SARNEY, ESTADO DO MARANHÃO, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.613.745/0001-99, pessoa jurídica de direito público, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS, inscrita no CNPJ Nº 16.579.511/0001-40, com sede na Rua Manoel Rodrigues, S/N, Centro, Presidente Sarney, Maranhão, neste ato representado pela Srª LAIS DE CASSIA LOPES MARTINS, Secretaria Municipal de Assistência Social, inscrito no CPF Nº 610.***.***-30¹ e portadora do RG Nº 04*****25¹ SSP/MA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa D.P. GARCIA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o Nº 17.392.863/0001-54, com sede na Rua 01, S/N, Centro, Presidente Sarney – MA, CEP: 65.204-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, Srº Doenes Pereira Garcia, RG Nº 64XXX82¹ SEGUP/PA, CPF Nº 04XXXX.023-80¹ têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO Nº 90/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025, FORMALIZADO NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.0945.02.25**, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal Nº 14.133/2021, regulamentada no pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 11.2025 de 28 de janeiro de 2025, DECRETO MUNICIPAL Nº 13.2025 de 28 de janeiro de 2025, DECRETO MUNICIPAL Nº 15.2025 de 28 de janeiro de 2025, Lei Complementar Nº 123/06 e alterações posteriores e demais normas pertinentes à espécie, em conformidade com as disposições a seguir:

¹ Lei de proteção de dados pessoais Nº 13.709/2018.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO em Geral, Elétrico e Hidráulico para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Presidente Sarney/MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	QTD	VALOR FINAL
17	CABO FLEX PP 2,5	COBRAMAX	RS 9,71	57	RS 553,47
18	CABO FLEX PP 4,0	COBRAMAX	RS 7,23	57	RS 412,11
19	DISJUNTOR MONOFASICO DE 10 AMPERES	TRAMONTINA	RS 10,73	15	RS 160,95
20	DÍSJUNTOR MONOFASICO DE 20 AMPERES	TRAMONTINA	RS 11,76	15	RS 176,40
21	DISJUNTOR MONOFÁSICO DE 25 AMPERES	TRAMONTINA	RS 11,92	15	RS 178,80
22	DISJUNTOR MONOFASICO DE 32 AMPERES	TRAMONTINA	RS 14,25	15	RS 213,75
23	DISJUNTOR MONOFASICO DE 40 AMPERES	TRAMONTINA	RS 17,55	09	RS 157,95
24	DISJUNTOR MONOFASICO DE 50 AMPERES	TRAMONTINA	RS 25,56	09	RS 230,04
25	DISJUNTOR TRIFASICO DE 32 AMPERES	TRAMONTINA	RS 46,02	07	RS 322,14
26	DISJUNTOR TRIFASICO DE 40 AMPERES	TRAMONTINA	RS 54,21	07	RS 379,47
27	DISJUNTOR TRIFASICO DE 50 AMPERES	TRAMONTINA	RS 62,37	07	RS 436,59
28	DISJUNTOR TRIFASICO DE 60 AMPERES	TRAMONTINA	RS 70,71	07	RS 494,97
32	FIO FLEXÍVEL 2X1,5 PEÇA C/ 100M	SIL	RS 185,89	05	RS 929,45

Av. Albino Moreira, Nº 03, Centro, Presidente Sarney-MA, CEP: 65204-000.
CNPJ Nº 01.613.745/0001-99.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
CNPJ Nº 01.613.745-0001-99

33	FIO FLEXÍVEL 2X4 PEÇA C/ 100M	SIL	RS 518,85	01	RS 518,85
34	FIO FLEXÍVEL 2X6 PEÇA C/ 100M	SIL	RS 650,20	02	RS 1.300,40
35	FIO FLEXÍVEL 2X10 PEÇA C/ 100M	SIL	RS 796,36	02	RS 1.592,72
49	LÂMPADA LED BULBO 12W	TASCHIBRA	RS 7,46	25	RS 186,50
50	LÂMPADA LED BULBO 20W	TASCHIBRA	RS 17,60	20	RS 352,00
51	LÂMPADA LED BULBO 15W	TASCHIBRA	RS 9,05	25	RS 226,25
52	LÂMPADA LED BULBO 30W	TASCHIBRA	RS 20,67	10	RS 206,70
53	LÂMPADA LED BULBO 50W	TASCHIBRA	RS 31,95	10	RS 319,50
54	LÂMPADA LED BULBO 40W	TASCHIBRA	RS 29,58	10	RS 295,80
55	LÂMPADAS TUBULAR FLUORESCENTE 20W	ELGIN	RS 10,56	09	RS 95,04
61	REFLETOR DE LED 250W	TASCHIBRA	RS 279,46	03	RS 838,38
62	REFLETOR DE LED 400W	TASCHIBRA	RS 300,84	03	RS 902,52
71	CANO ESGOTO 100 MM PVC	TIGRE	RS 85,99	05	RS 429,95
72	CANO ESGOTO 150MM PVC	TIGRE	RS 192,45	03	RS 577,35
73	CANO ESGOTO 40MM PVC	TIGRE	RS 32,46	06	RS 194,76
74	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 20MM	TIGRE	RS 14,56	13	RS 189,28
75	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 25MM	TIGRE	RS 20,60	13	RS 267,80
76	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 32MM	TIGRE	RS 35,14	07	RS 245,98
77	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 40MM	TIGRE	RS 67,63	07	RS 473,41
78	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 50MM	TIGRE	RS 82,95	05	RS 414,75
79	CANO SOLDAVEL 60MM	TIGRE	RS 104,66	05	RS 523,30
107	REGISTRO COMUM 25MM	TIGRE	RS 10,21	25	RS 255,25
108	REGISTRO COMUM 32MM	TIGRE	RS 20,66	25	RS 516,50
109	REGISTRO COMUM 40MM	TIGRE	RS 30,29	25	RS 757,25
110	REGISTRO COMUM 50MM	TIGRE	RS 29,50	07	RS 206,50
111	REGISTRO COMUM 60MM	TIGRE	RS 36,42	07	RS 254,94
112	REGISTRO COMUM DE 20MM	KRONA	RS 13,20	13	RS 171,60
113	REGISTRO INOX 20MM	HC METAIS	RS 36,90	08	RS 295,20
142	ARGAMASSA AC I 20KG	PORTMAX	RS 19,73	57	RS 1.124,61
143	ARGAMASSA AC II 20KG	FORTMAX	RS 22,84	57	RS 1.301,88
144	ARGAMASSA AC III 20KG	FORTMAX	RS 30,29	57	RS 1.726,53
149	CAIXA D'ÁGUA 1.000 LITROS C/TAMPA	FORTLEV	RS 340,37	01	RS 340,37
151	CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS C/TAMPA	FORTLEV	RS 293,10	01	RS 293,10
152	CAIXA DE DESCARGA DE 9 LITROS	DECA	RS 36,62	09	RS 329,58
167	PISO CERÂMICA TIPO A 60 X 60	PORTO BELLA	RS 33,30	38	RS 1.265,40
168	PISO REVESTIMENTO 60 X 34	PORTO BELLA	RS 37,16	38	RS 1.412,08
169	PORCELANATO 1X1 (COTA PRINCIPAL)	PORTO BELLA	RS 76,89	30	RS 2.306,70
170	PORCELANATO 1X1 (COTA RESERVADA)	PORTO BELLA	RS 76,89	13	RS 999,57
171	REJUNTE	QUARTZOLIT	RS 11,94	63	RS 752,22
176	VASO SANITÁRIO ACOPLADO	DECA	RS 474,68	02	RS 949,36
177	VASO SANITÁRIO COMUM	DECA	RS 185,84	05	RS 929,20
188	CARRO DE MÃO GALVANIZADO	TRAMONTINA	RS 192,88	01	RS 192,88
189	PNEU CARRO DE MÃO	HAMMER	RS 45,56	03	RS 136,68
190	CAVADEIRA ARTICULADA	TRAMONTINA	RS 88,67	02	RS 177,34
191	CAVADOR COM CABO	TRAMONTINA	RS 55,05	05	RS 275,25
200	CHIBANCA	TRAMONTINA	RS 104,76	03	RS 314,28

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
CNPJ Nº 01.613.745-0001-99

208	CADEADO 20 MM	PADO	RS	25,87	07	RS	181,09
209	CADEADO 30 MM	PADO	RS	20,71	07	RS	144,97
210	CADEADO 45 MM	PADO	RS	28,24	07	RS	197,68
243	PREGO 15X18	GERDAU	RS	17,19	05	RS	85,95
244	PREGO 3X8	GERDAU	RS	17,20	05	RS	86,00
245	PREGO TELHEIRO 2.1/2X10	GERDAU	RS	17,42	05	RS	87,10
254	BASCULANTE DE ALUMINIO 40X40 CM	CLM	RS	49,56	05	RS	247,80
255	BASCULANTE DE ALUMINIO 60X60 CM	CLM	RS	60,69	05	RS	303,45
262	ESMALTE SINTÉTICO 900ML	SUVINIL	RS	35,59	07	RS	249,13
264	FECHADURA INOX EXTERNA	SILVANA	RS	70,25	03	RS	210,75
265	FECHADURA INOX INTERNA	SILVANA	RS	68,08	03	RS	204,24
269	PORTA DE COMPENSADO 2,1X0,8 M	CLM	RS	175,99	03	RS	527,97
271	PORTA SANFONADA DE PVC 2,1X0,8M	FORT LEV	RS	179,08	03	RS	537,24
283	TINTA ACRILICA 18L	SUVINIL	RS	115,96	08	RS	927,68
284	TINTA ACRILICA 3,6L	SUVINIL	RS	48,82	08	RS	390,56
285	TINTA DE PISO 18L	SUVINIL	RS	280,25	03	RS	840,75
286	TINTA DE PISO 3,6L	SUVINIL	RS	67,80	05	RS	339,00
287	TINTA EM PÓ 2KG	SUVINIL	RS	11,48	33	RS	378,84
288	TINTA SPRAY COMUM 350ML	TEC BOND	RS	26,93	13	RS	350,09
292	BASCULANTE 40X60	CLM	RS	63,71	05	RS	318,55
293	BASCULANTE 40X80	CLM	RS	69,48	05	RS	347,40
299	BRITA 0	REGIÃO	RS	173,62	08	RS	1.388,96
300	BRITA 1	REGIAO	RS	233,57	06	RS	1.401,42
301	BRITA 2	REGIÃO	RS	138,77	06	RS	832,62
302	CIMENTO 50 KG (COTA PRINCIPAL)	BRAVO	RS	46,30	20	RS	926,00
303	CIMENTO 50 KG (COTA RESERVADA)	BRAVO	RS	46,30	23	RS	1.064,90
304	TELHA CERÂMICA (COTA PRINCIPAL)	BB MENDES	RS	987,02	02	RS	1.974,04
305	TELHA CERÂMICA (COTA RESERVADA)	BB MENDES	RS	987,02	01	RS	987,02
307	TELHA DE FIBRA AMIANTO 2,40 X 0,50 MTS 3MM (COTA RESERVADA)	BRASILIT	RS	30,52	13	RS	396,76
308	TELHA DE FIBRA AMIANTO 1,10 X 1,80 MTS 5MM	BRASILIT	RS	56,71	20	RS	1.134,20
309	TELHA DE FIBRA AMIANTO 1,10 X 1,80 MTS 5MM	BRASILIT	RS	56,71	13	RS	737,23
310	TUJOLO CERÂMICO 6 FUROS	BB MENDES	RS	707,66	04	RS	2.830,64
311	TUJOLO CERÂMICO 6 FUROS	BB MENDES	RS	707,66	01	RS	707,66
312	MASSARÁ	MARTIR	RS	174,56	08	RS	1.396,48
327	RODA DE FORRO 6MM	FORT LEVE	RS	27,84	25	RS	696,00
328	BOMBA INJETORA 2 CV	SCHNEIDER	RS	2.372,59	01	RS	2.372,59
332	BOBINA DE ZINCO GALVANIZADA 1,20 MTS	AÇO CEARENSE	RS	94,36	18	RS	1.698,48
333	FORRO PVC 20 X 2 BRANCO	FORT LEVE	RS	24,25	45	RS	1.091,25

VALOR TOTAL R\$: 60.674,09 (Sessenta mil seiscientos e setenta e quatro reais e nove centavos).

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I. O Termo de Referência;
- II. O Edital da Licitação;
- III. A Proposta do contratado;
- IV. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
CNPJ Nº 01.613.745-0001-99

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE SARNEY-MA	
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 006.2025	
P.A: 2025.0945.02.25	
FLS: _____	2519
ASS: _____	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até **31 de dezembro de 2025**, contados da assinatura do contrato, na forma do Art. 105 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO.

4.1. Não haverá subcontratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO.

5.2. O valor total da contratação é de **R\$: 60.674,09 (Sessenta mil seiscentos e setenta e quatro reais e nove centavos)**.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO.

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato. DADOS: Banco Santander, Agência Nº 2396, Conta Corrente Nº 20056545-5, Email: rosinhasilvapho@hotmail.com.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE.

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **16/06/2025**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
CNPJ Nº 01.613.745-0001-99

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE SARNEY-MA	
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 006.2025	
P.A.: 2025.0945.02.25	
FLS: _____	2520
ASS: _____	

7.4. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com 3º (terceiros), ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a 3º (terceiros) em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

9.1. Fornecer os materiais solicitados pela Administração dentro do prazo estabelecido, nas quantidades, especificações e condições constantes neste Termo de Referência e Contrato.

9.2. Garantir que todos os materiais fornecidos sejam novos, de primeira qualidade, em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, com prazos de validade compatíveis com o uso pretendido e acompanhados de nota fiscal;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
CNPJ Nº 01.613.745-0001-99

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE SARNEY-MA	
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 006.2025	
P.A: 2025.0945.02.25	
FLS: _____	2521
ASS: _____	

9.3. Proceder, às suas expensas, à substituição imediata de qualquer item entregue com defeito, avaria, fora das especificações ou com vício de qualidade, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no contrato;

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou 3º (terceiros), não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de 3º (terceiros).

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
CNPJ Nº 01.613.745-0001-99

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE SARNEY-MA	
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 006.2025	
P.A.: 2025.0945.02.25	
FLS:	2522
ASS:	

previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênerc.

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, A CONTRATANTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber aplicar as seguintes sanções, previstas no Art. 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 03 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços/fornecimento, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo 5º (quinto) dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a nãoaceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III. 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% (dois décimo por cento) a 3,2% (tres vírgula dois por cento) por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
CNPJ Nº 01.613.745-0001-99

VI. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

11.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

11.4. A sanção prevista na alínea "d" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada à CONTRATADA que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- I. Sofrida condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

11.5. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Presidente Sarney/MA e equivalentes do ato que as impuser.

11.6. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

11.7. Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

11.8. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.9. Casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

11.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá observada o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

11.11. Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

11.12. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

25/24

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Art. 137 da Lei Federal Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Arts. 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau (Art. 14, inciso IV, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0600 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.043 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ELEMENTO DE DESPESA: 33 90 30 00 MATERIAL DE CONSUMO.

FONTE DE RECURSO: 1.500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS (EXERC CORRENTE).

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1600 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.043 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO - FMAS

ELEMENTO DE DESPESA: 33 90 30 00 MATERIAL DE CONSUMO.

FONTE DE RECURSO: 1.500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS (EXERC CORRENTE); 1.660 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS (EXERC CORRENTE).

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
CNPJ Nº 01.613.745-0001-99

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE SARNEY-MA	
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 006.2025	
P.A.: 2025.0945.02.25	
FLS: _____	2525
ASS: _____	

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 Códigos de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Art. 124 e seguintes da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (Art. 132 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao Art. 8º, §2º, da Lei Nº 12.527, de 2011, c/c Art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Nº 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. Fica eleito o Foro de Pinheiro/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei Federal Nº 14.133/21.

Presidente Sarney/MA 16 de junho de 2025.

LAIS DE CASSIA LOPES MARTINS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 003/2025
CONTRATANTE

D.P. GARCIA LTDA/EPP
CNPJ Nº 17.392.863/0001-54
DOEGNES PEREIRA GARCIA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-